alteram parcialmente o contrato de sociedade, quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de trinta mil euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de quinze mil euros cada, uma de cada um dos sócios Manuel Costa Moreira e Maria Barbosa Rodrigues.

O texto completo do contrato encontra-se depositado na respectiva pasta.

Conferi e está conforme.

23 de Setembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*.
2007942054

AVIDOS CAR — COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 7853/051118; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 28/051118.

Certifico que entre Luiz Fernando de Miranda, solteiro, maior — €5000, e Virgílio Manuel Brito Azevedo, casado com Eulália Fernanda Nogueira de Oliveira Azevedo, na comunhão de adquiridos — €5000.

Foi constituída a sociedade em epígrafe, cujo contrato se rege pelos seguintes artigos:

Pacto social

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma AVIDOS CAR — Comércio de Automóveis, L.ª

ARTIGO 2.º

A sociedade tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 204-5, 1355, freguesia de Avidos, concelho de Vila Nova de Famalicão.

§ único. A gerência poderá transferir a sede social para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como podem ser criadas em território nacional ou estrangeiro, agências, filiais, sucursais, e delegações ou quaisquer outras formas de representação da sociedade.

ARTIGO 3.º

1 — A sociedade tem por objecto o comércio de automóveis.

2 — A sociedade poderá adquirir participações como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades mesmo com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e associar-se em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 4.º

1 — O capital social, integralmente realizado em numerário, é de dez mil euros, dividido em duas quotas iguais no valor nominal de cinco mil euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Luiz Fernando de Miranda e Virgílio Manuel Brito Azevedo.

2 — Por deliberação de maioria de todos, poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao quántuplo do capital social.

3 — Os sócios poderão, livremente, fazer à sociedade os suprimentos que esta carecer, em dinheiro ou espécie, nos termos que forem deliberados em assembleia geral, bem como ficam os sócios autorizados a celebrar negócios jurídicos com a sociedade que sirvam a prossecução do seu objecto social.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência e representação da sociedade, remunerada ou não conforme for deliberado, em assembleia geral, fica afectada a ambos os sócios.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos que envolvam responsabilidade, é necessária a assinatura conjunta de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir parcialmente numa percentagem dos lucros da sociedade.

ARTIGO 6.º

A cessão e divisão de quotas, no todo ou em parte a estranhos, carece do consentimento da sociedade, gozando os sócios não cedentes em primeiro lugar e a sociedade em segundo, do direito de preferência.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- Acordo com o sócio, cuja quota se pretenda amortizar;
- Oneração de quota pelo titular, sem autorização da sociedade;
- Arresto, arrolamento ou penhora da quota ou envolvimento dela, por qualquer forma, processo judicial, fiscal ou administrativo;
- Insolvência ou falência do respectivo titular;
- Se o seu titular for considerada elemento pernicioso ou prejudicial aos negócios sociais ou bom nome da sociedade;

ARTIGO 8.º

1 — Em caso de morte de um dos sócios, a sociedade continuará com os sócios sobreviventes e os herdeiros do sócio falecido, devendo aqueles herdeiros nomear um, de entre si, que a todos represente na sociedade, enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa;

2 — Em caso de interdição ou inabilitação, a sociedade continuará com os sócios capazes e o interdito ou inabilitado, legalmente representado;

3 — Se os herdeiros do sócio falecido, o interdito ou o inabilitado não puderem ou não quiserem exercer esses direitos, a sociedade pagará aos mesmos o que entre eles for acordado e, na falta de acordo, será a quota amortizada pelo valor fixado judicialmente;

4 — O pagamento de valor referido no n.º anterior será feito dentro do prazo de dois anos, a contar da morte ou interdição ou inabilitação do sócio, vencendo juros idênticos aos de depósito a prazo mais de um ano, em qualquer estabelecimento bancário.

Disposição transitória

Que, sem prejuízo do disposto no Código das Sociedades Comerciais, se consideram adquiridos pela Sociedade os direitos e por ela assumidos as obrigações decorrentes de negócios celebrados pelo gerente a partir da data desta escritura e antes de efectuado o registo definitivo na respectiva Conservatória, ficando para o efeito conferida a necessária autorização.

Que fica desde já autorizada a gerência a proceder -ao levantamento da importância depositada na Instituição Bancária, relativa ao capital social, que se destina às despesas de constituição, respectivo registo, publicações e ainda a aquisição de mobiliário, máquinas e equipamentos necessários à instalação de serviços da sociedade.

Conferi e está conforme.

23 de Dezembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Ferreira de Sá Araújo*.
2011843510

EMPRESA DE CONSTRUÇÕES AMÂNDIO CARVALHO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 1507/831215; identificação de pessoa colectiva n.º 501428119; inscrição n.º 26; número e data da apresentação: 23/051017.

Certifico que foi efectuado o seguinte registo:

Projecto cisão-fusão.

Modalidade: destaque da totalidade do património da sociedade cindida afecto à gestão de participações sociais para a sociedade incorporante.

Sociedade cindida: Amândio Carvalho, S. G. P. S., S. A.

Sociedade incorporante: Empresa de Construções Amândio Carvalho, S. A.

Artigos alterados 4.º, 6.º, n.º 1.

Capital: € 13 725 768, dividido em 13 725 768 acções com o valor nominal de € 1.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e demais valores sociais, é de treze milhões setecentos e vinte e cinco mil setecentos e sessenta e oito euros.

ARTIGO 6.º

O capital social será representado por treze milhões setecentos e vinte e cinco mil setecentos e sessenta e oito acções com o valor nominal de um euro cada uma.

Conferi e está conforme.

16 de Novembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*.
2011842484